

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO REGULAR: CONCEPÇÕES, ATITUDES E CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES.

Greicy Kelly Pereira de Souza¹

Elvio Marcos Boato²

Resumo: O presente estudo teve por objetivo verificar as concepções e atitudes dos professores de Educação Física (EF) em relação à inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nas aulas de EF do ensino regular e o nível de capacitação desses professores para lidar com o processo de inclusão em suas aulas. A amostra foi constituída de 30 professores de EF da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Para coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário elaborado para este estudo, composto por 14 questões fechadas. A análise das respostas foi feita de maneira descritiva a partir dos resultados estatísticos obtidos e comparados com a literatura. Os resultados demonstram que as concepções e atitudes dos professores são contraditórias, divididas entre positivas para a inclusão e tendenciosas à segregação. Esse fato pode, em parte, ser explicado pelo fato dos professores que participaram da pesquisa não se considerarem capacitados para o atendimento de alunos com NEE nas aulas de EF em classes comuns, apesar de se mostrarem simpáticos ao processo. Sendo assim, o presente estudo, a partir das respostas dos professores e, em conformidade com a literatura, verificou a necessidade de um projeto de capacitação profissional que se inicie nos cursos de formação de professores e que se perpetue por toda sua vida profissional, visto que o professor é um dos principais agentes da inclusão educacional de alunos com NEE no ensino comum.

Palavras-Chaves: Capacitação profissional. Inclusão educacional. Necessidades Educacionais Especiais.

Introdução

¹ Membro do grupo de estudos em Educação Física Adaptada do Curso de Educação Física da Universidade Católica de Brasília.

² Coordenador do grupo de estudos em Educação Física Adaptada e Professor do Curso de Educação Física da Universidade Católica de Brasília.

Especialmente nas últimas décadas, e mais especificamente a partir da Declaração de Salamanca (resultado da reunião da Unesco na cidade de Salamanca – Espanha, que debateu a educação para todos) em 1994 (BRASIL, 1994), a inclusão escolar de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino regular tem sido tema de pesquisas e de eventos científicos com abordagens diversas (SANT’ANA, 2005).

Segundo Rodrigues (2003), a Declaração de Salamanca apresentou o papel da escola regular na educação de alunos com NEE, propondo a inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino regular. O autor selecionou, a título de exemplo dessa constatação, o seguinte trecho da referida Declaração: “As escolas regulares seguindo esta orientação inclusiva constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...]”.

Dessa forma, esse paradigma da inclusão suscita que reflitamos sobre o sistema educacional brasileiro e também sobre a educação física escolar nesse contexto, pois a mesma, não pode manter-se indiferente ou neutra face ao movimento da educação inclusiva. (RODRIGUES, 2003; AGUIAR e DUARTE, 2005).

Deve-se considerar que a educação é direito de todos e deve compreender as áreas cognitiva, afetivo-social e psicomotora devendo a educação física, como componente curricular obrigatório do ensino básico, ter garantidas as condições necessárias à sua prática, ajustada a necessidades de cada faixa etária e condições da população escolar. (DISTRITO FEDERAL, 1993).

A Educação Física é parte integrante do processo de educação inclusiva que é definida por Hegarty, 1994, (citado por RODRIGUES, 2003) como: “o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular”.

Para que a Educação Física atenda a esse objetivo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) dizem que ela, para alcançar todos os alunos, deve tirar proveito das diferenças ao invés de configurá-las como desigualdades. A pluralidade de ações pedagógicas pressupõe que o que torna os alunos diferentes é justamente a capacidade de se expressarem de forma diferente.

Para Rodrigues (2003), a Educação Física, apesar de suas possibilidades, pode se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional para que a escola seja (ou se torne) mais inclusiva. O autor afirma que, aparentemente, a Educação Física seria uma área curricular mais facilmente inclusiva devido à flexibilidade inerente aos seus conteúdos; por permitir ampla participação mesmo de alunos que apresentem dificuldades; pelos professores desenvolverem atitudes mais positivas perante os alunos que os demais membros do corpo docente. Para o autor, geralmente os professores de Educação Física são conotados como profissionais que apresentam atitudes mais favoráveis à inclusão e, conseqüentemente, levantam menos problemas e com maior facilidade encontram soluções para casos difíceis.

No entanto, as constatações sobre a efetiva contribuição da Educação Física para a inclusão de alunos com NEE, quando analisadas detalhadamente, são mais problemáticas, e dentre as diversas razões estão as atitudes mais ou menos positivas dos professores de Educação Física em face da inclusão de alunos com deficiência em suas aulas (RODRIGUES, 2003).

É necessário considerar ainda que a formação dos professores torna-se fundamental para a efetividade do processo de inclusão educacional. Aguiar e Duarte (2005) expõem que culturalmente a

formação pedagógica do professor de educação física vem sendo colocada em plano secundário, privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, que tem por prioridade o desempenho físico, técnico e o corpo enquanto objeto de consumo em detrimento das disciplinas pedagógicas.

Os mesmos autores consideram que há múltiplos aspectos a serem considerados para a implementação de uma escola inclusiva, dentre os quais o oferecimento de cursos de atualização para capacitação de docentes; a existência de um corpo técnico especializado; apoio da família do aluno com NEE; o número de alunos na classe; a eliminação de barreiras arquitetônicas; a adequação de currículos, metodologias de ensino, recursos didáticos e materiais e os sistemas de avaliação.

Além disso, segundo Sant'Ana (2005), outro aspecto a ser considerado é a opinião dos professores e diretores, que fornecem os subsídios relevantes para a compreensão de como são desenvolvidos projetos dessa natureza, pois os mesmos possuem funções essenciais na estrutura e no funcionamento do sistema educacional.

Sendo assim, o presente estudo teve por objetivo verificar as concepções e atitudes dos professores de educação física em relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular e o nível de capacitação desses professores para lidar com o processo de inclusão em suas aulas.

Materiais e Métodos

Instrumento

O instrumento utilizado foi um questionário desenvolvido especificamente para este estudo, com algumas questões adaptadas do questionário de Garcia et al. (citado por HERRERO, 2000) e outras desenvolvidas durante as leituras realizadas para a elaboração do trabalho.

O questionário foi composto por 14 questões fechadas, divididas em três grupos. O primeiro grupo, composto por 5 questões, aborda aspectos referentes às concepções dos professores com relação à inclusão de alunos com NEE em turmas regulares de educação física escolar (questões 3, 4, 5, 6 e 7); o segundo grupo, composto por 3 questões (8, 9 e 10), referem-se às atitudes dos professores de educação física com relação ao processo de inclusão; por fim, o terceiro grupo com 4 questões (11, 12, 13 e 14) dizem respeito à capacitação dos mesmos.

É importante enfatizar que a questão nº. 1 aborda o percentual de professores que possuem alunos incluídos em classes regulares e, a questão 2 pergunta se os professores gostam ou gostariam de trabalhar com alunos com NEE em turmas inclusivas e, portanto, tais questões não se enquadram nas análises dos três grupos propostos, sendo apresentadas em separado.

Amostra

Participaram desta pesquisa, compondo sua amostra, 30 professores de Educação Física da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Os mesmos foram escolhidos de forma aleatória, tendo como único pré-requisito o fato de lecionar a disciplina Educação Física em escolas regulares de ensino fundamental e médio das cidades do Gama e de Santa Maria no Distrito Federal.

Procedimentos

A coleta de dados, mediante aplicação do instrumento aos professores, foi realizada no período compreendido entre 15 de setembro e 02 de outubro de 2009, em 11 escolas na cidade do Gama e 3 escolas de Santa Maria, nos turnos matutino e vespertino. O primeiro passo para aplicação do questionário foi solicitar autorização aos diretores das escolas visitadas para apresentar aos professores os motivos da pesquisa, bem como sua temática, e solicitar-lhes a colaboração para respondê-lo. Parte dos professores respondeu no mesmo dia, alguns em forma de entrevista; outros o fizeram em outro momento mediante apresentação do questionário por coordenadores e diretores das escolas com os quais ficaram alguns questionários para que fossem posteriormente devolvidos.

Foi realizada uma análise descritiva, a partir da apresentação estatística dos dados obtidos, de forma que se pudesse ter uma visão de como os mesmos estavam distribuídos por questões.

Resultados

Os resultados obtidos, a partir das respostas dos professores, são apresentados abaixo e posteriormente analisados de forma descritiva e comparados com a literatura.

QUESTÃO	SIM	NÃO	NÃO RESP.
01.Você tem ou teve, nos últimos três anos, em alguma de suas turmas, aluno(s) com deficiência?	73,34%	23,33%	3,33%
02.Você gosta ou gostaria de trabalhar com alunos com NEE incluídos em classes comuns?	73,34%	20%	6,66%

GRUPO I – QUESTÕES REFERENTES ÀS CONCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO			
QUESTÃO	SIM	NÃO	NÃO RESP.
03.Você acredita que a atenção extra requerida pelos estudantes deficientes pode prejudicar a fluidez das aulas de Educação Física e o desenvolvimento dos demais alunos?	36,66%	63,34%	-
04.Em sua opinião, as NEE dos	63,34%	26,66%	10%

estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física, podem ser melhor atendidas em turmas específicas, que trabalhem apenas com a Educação Física Adaptada e o Esporte Adaptado?			
05.Você acredita que o aluno deficiente incluído no ensino regular que não participa das aulas de Educação Física seja prejudicado em seu desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional?	90%	3,33%	6,67%
06.Você acredita que as crianças com deficiência incluídas em aulas de Educação Física do ensino regular, em função da relação com os alunos sem deficiência, desenvolvem melhor suas capacidades escolares do que se estivessem em classe especial?	43,33%	46,67%	10%
07.Em função das limitações da criança deficiente, ela pode se sentir inferior às demais e não se desenvolver de maneira condizente nas aulas de Educação Física quando incluídas em turmas regulares?	43,33%	43,33%	13,34%

GRUPO II – QUESTÕES REFERENTES ÀS ATITUDES DOS PROFESSORES			
QUESTÃO	SIM	NÃO	NÃO RESP.
08.Você considera as atividades que aplica nas suas aulas no ensino regular apropriadas para os estudantes com deficiência?	56,67%	43,33%	-
09.Você já buscou recursos próprios para sua atuação no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência (curso de extensão, pós-graduação, livros, revistas, acesso pela internet, orientação com colegas...)?	73,34%	26,66%	-

10.Você já dispensou ou encaminhou para dispensa das aulas de Educação Física, algum aluno com alguma deficiência?	23,33%	76,67%	-
--	---------------	---------------	---

GRUPO III – QUESTÕES REFERENTES À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL			
QUESTÃO	SIM	NÃO	NÃO RESP.
11.Você considera que os professores de Educação Física do ensino regular têm capacitação para dar aulas para crianças com deficiência em turmas inclusivas?	23,33%	76,67%	-
12.Em algum momento foi oferecido a você curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência em turmas inclusivas?	53,34%	46,66%	-
13. Você conhece as disposições da Resolução 2/2001 do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e que normatiza o processo de inclusão educacional no Brasil?	66,67%	30%	3,33%
QUESTÃO	SIM	NÃO	UM POUCO
14. Você se considera capacitado para atender alunos com deficiência em turmas inclusivas?	16,66%	23,34%	60%

Discussão

A partir dos resultados obtidos na pesquisa e apresentados em forma de tabela, verificou-se que 73,34% dos professores pesquisados têm ou tiveram alunos com NEE incluídos em suas turmas nos últimos três anos, sendo que 23,33% não tiveram nenhum aluno incluído e 3,33% não responderam a essa questão. O alto percentual de professores que afirmam que têm ou que tiveram alunos com NEE em suas turmas, se justifica porque a legislação brasileira garante o direito ao atendimento educacional em classes inclusivas aos alunos que têm deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 2001; DISTRITO FEDERAL, 1993). Porém, a legislação, ao mesmo tempo em

que ampara a possibilidade de acesso à escola comum, não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular. (MENDES, 2006).

Ao serem questionados sobre se as atividades que aplicam em suas aulas do ensino regular são ou não apropriadas para os estudantes com deficiência, 56,67% dos professores afirmaram que são, enquanto que 43,33% dos professores que responderam ao questionário, disseram que não são apropriadas. Mesmo, verificando que a maioria dos professores consideraram que suas atividades são apropriadas para o atendimento inclusivo, 63,34% deles, disseram que esses estudantes poderiam ser melhor atendidos em turmas específicas que trabalhem com a educação física adaptada e esportes adaptados. Isso significa que os professores têm ainda uma forte tendência à segregação e que eles acreditam que o atendimento aos alunos com deficiência em espaços separados e apenas destinado a eles, seria melhor do que em uma classe comum, onde seria possível a convivência social com os demais estudantes sem deficiência.

Em contrapartida, 26,66% dos professores que responderam ao questionário não concordaram com essa afirmação, ou seja, para eles os alunos com deficiência podem ser bem atendidos em turmas regulares de educação física escolar. Nessa questão, 10% dos professores não opinaram.

A esse respeito, Strapasson e Caniel (2007) afirmam que os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam que a Educação Física deve oportunizar a todos os alunos, independente de suas condições biopsicossociais, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando o seu aprimoramento como seres humanos. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos com deficiência não podem ser privados das aulas de Educação Física.

Com relação a esse assunto, a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica na Educação Especial (BRASIL, 2001), acrescenta que cabe às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com NEE, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade, ou seja, as aulas obrigatoriamente devem ser apropriadas também aos estudantes com NEE quando estes estão em turmas regulares, para que todos tenham condições e acesso à educação de qualidade.

Sobre o atendimento em turmas específicas, as escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, para o atendimento em caráter transitório aos alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização que demandem ajudas e apoios intensos e contínuos, sendo que, a partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente quanto ao seu retorno à classe comum (BRASIL, 2001).

Durante a pesquisa, em uma das escolas visitadas, foi possível observar, em uma aula de educação física, que uma criança deficiente (cadeirante) não participava da mesma. As razões são alheias a este estudo, assim como não é possível afirmar que esta situação é recorrente. Há que se considerar também que as condições de acesso à quadra de esportes não eram das melhores, apesar de ter uma rampa no local, esta não fornecia a segurança necessária para o trânsito da cadeira de rodas. Acrescenta-se ainda que na quadra descoberta onde era realizada a aula às 15:00 horas, a temperatura era elevada, dificultando a participação dessa aluna devido às suas especificidades. Tais condições, não são favoráveis à prática da educação física para nenhuma das crianças, porém, é importante considerar que, se o fato da aluna

cadeirante ficar fora da aula for uma prática recorrente, apesar da mesma, estar inserida no ensino regular, isso não significa que esta esteja incluída efetivamente nas aulas.

Aguiar e Duarte (2005) constataram em um estudo realizado com 47 participantes que 70,1% dos professores pesquisados não tinham domínio da concepção de inclusão, e dentre as respostas dos que apresentaram conhecimentos básicos acerca da inclusão escolar, foi citada pelos autores a seguinte resposta de um dos participantes:

... a inclusão não é só por mais um na sala de aula, e sim dar condições para que ele se sinta como membro da classe – fazendo parte ativamente, em termos de relacionamento e conhecimento com os demais que são considerados normais.

Com relação a essa questão, Boato (2008) constata que os alunos com deficiência, incluídos nas turmas comuns, comumente não participam de maneira regular das aulas de suas respectivas turmas, ficando à parte de um processo do qual têm igual necessidade e direito que os outros.

Essa resposta sugere que reflitamos sobre uma outra questão: será que os professores têm considerado alunos incluídos aqueles que simplesmente ocupam o mesmo espaço físico das aulas de educação física de classes comuns ou será que já tem consciência de que essa inclusão deva ser efetiva, com participação real dos alunos com NEE nos conteúdos abordados, na vivência social com os demais alunos no acesso à educação?

Os professores, mesmo não tendo domínio da concepção de inclusão e/ou não buscando maneiras para que a mesma aconteça efetivamente em suas aulas, consideram importante a participação de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física escolar e se mostram simpáticos ao processo de inclusão educacional.

Porém, suas principais queixas são relacionadas à falta de capacitação e assim justificam o fato de o processo não ser efetivo. Porém, muitas vezes, esses mesmos professores não se interessam pelos cursos relacionados a essa temática de educação especial e não exigem o direito que possuem de se capacitarem. A falta de informação os faz considerar que os alunos incluídos não irão desenvolver, de maneira condizente, os conteúdos ministrados, e que se trata apenas de um processo de aceitação social e não de aprendizagem.

Mas de acordo com Strapasson e Carniel (2007), a função da Educação Física na escola é educar para compreender e transformar a realidade que nos cerca, a partir de sua especificidade que é a cultura de movimento. Dessa forma, a Educação Física deve propiciar o desenvolvimento global dos seus alunos, ajudar para que os mesmos consigam atingir a adaptação que requerem suas limitações e ou deficiência; identificar as necessidades e capacidades de cada educando quanto às suas possibilidades de ação e adaptações para o movimento; facilitar sua independência e autonomia, bem como facilitar o processo de inclusão e aceitação em seu grupo social, quando necessário.

No que se refere à atenção extra requerida pelos estudantes com necessidades educacionais especiais, a maioria dos professores, ou 63,34%, não acredita que prejudique a fluidez das aulas de Educação Física e o desenvolvimento dos demais estudantes. Em contrapartida, apenas 36,66% deles,

acreditam que a atenção que dispensam aos alunos deficientes prejudica a fluidez das aulas e os demais alunos.

A concepção acima, nos remete a seguinte questão: se, segundo a opinião dos professores que participaram da pesquisa, as aulas são apropriadas aos estudantes com necessidades educacionais especiais e se a presença destes em turmas regulares não prejudica a fluidez das aulas e nem o desenvolvimento dos demais estudantes, por qual razão os mesmos professores concebem que esses alunos seriam melhor atendidos em turmas especiais que trabalhem apenas com a educação física e o esporte adaptados? Essa idéia talvez reflita o caráter segregacionista que ainda é presente na visão de vários professores de Educação Física escolar.

Segundo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das pessoas com deficiências foram (e são) excluídas das aulas de Educação Física.

A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças (com NEE), particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social (BRASIL, 1997). É importante ressaltar que a Educação Física tem um papel importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente daqueles com deficiência, tanto no desenvolvimento motor quanto nos desenvolvimentos intelectual, social e afetivo (STRAPASSON E CARNIEL, 2007).

Levando em conta essas considerações, 90% dos professores pesquisados disseram que o aluno com deficiência incluído no ensino regular e que não participa das aulas de educação física pode ser prejudicado em seu desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional, enquanto apenas 3,33% dos professores não acreditam que estes alunos sejam prejudicados por estarem fora das aulas de educação física, mesmo estando incluídos no ensino regular. 6,67% não responderam a essa questão.

Ainda assim, 23,33% desses professores já dispensaram ou encaminharam para dispensa algum aluno com alguma deficiência, enquanto que a maioria, 76,67%, nunca o fez.

Sobre a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física escolar, Boato (2008), levantou a seguinte questão:

“Como incluir, num meio que sempre excluiu, classificou, separou, cobrou performances extraordinárias, deixando de lado os “incapazes”, pessoas que tem deficiência e que, historicamente, sempre foram excluídas da participação social, se os conteúdos da Educação Física Escolar, mesmo diante de toda a evolução dos seus conceitos, não conseguem ainda atender às pessoas que não apresentam competências e habilidades para acompanhar suas propostas, caso das pessoas com deficiência que vêm, gradativamente, sendo incluídas nas turmas regulares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental?”.

É necessário considerar ainda, que as questões acima discutidas estão intimamente relacionadas aos níveis de capacitação dos professores. Para Freitas e Cidade (1997), os estudos da área de educação

física adaptada ou especial, deveriam deixar os muros da universidade e se moverem para as escolas públicas. As autoras constataram que a falta de informação sobre deficiência dentro das escolas, as dificuldades dos professores em participar de cursos nesta área e ainda a pouca disponibilidade de eventos que propiciem formação dos profissionais voltados para essa temática têm dificultado a inclusão de alunos nas aulas de Educação Física escolar. Essa afirmação encontra eco em estudos mais recentes como os de Palla e Maueberg-decastro (2004); Gorgatti (2005), Falkenbach (2007) e Boato (2008).

Outra questão relevante é o desconhecimento da legislação que institui as diretrizes para o funcionamento das escolas inclusivas. Quando perguntados a respeito do conhecimento sobre a Resolução 2/2001 do Conselho Nacional de Educação / Câmara Básica de Educação, apenas 66,67% disseram conhecer seus preceitos. Apesar de parecer um número significativo, é importante esclarecer que todo profissional deve conhecer a legislação pertinente ao exercício de sua profissão. Além disso, esse conhecimento não se mostra em questões referentes aos seus direitos como mostra a próxima questão da pesquisa que fala da formação profissional dos professores.

A Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, em seu art. 8º, diz que os sistemas de ensino devem prever e prover para a efetivação da educação inclusiva, professores especializados e capacitados, respectivamente, para atender os alunos com NEE.

Tal Resolução define como professores capacitados para atuarem em classes inclusivas:

Aqueles que comprovam que em sua formação foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado as necessidades educacionais especiais de aprendizagem; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Porém, quando perguntados se têm capacitação para atuar com crianças com deficiências em turmas inclusivas, 76,67% dos professores que participaram da pesquisa disseram que os professores de maneira geral não estão capacitados, enquanto que apenas 23,33% acreditam que os professores estão sim capacitados para este atendimento.

Em outra questão, os professores foram perguntados diretamente se eles se consideravam capacitados e 60% deles disseram que se consideram um pouco capacitados, 16,66% disseram que são capacitados e 23,34% disseram que não são capacitados para esse atendimento em turmas inclusivas.

Cidade e Freitas (2002) relatam que a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de necessidades especiais, sendo essa uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou à inclusão.

Outro dado importante a ser apresentado diz respeito ao fato de que, ao mesmo tempo em que a maioria dos professores pesquisados não se consideram capacitados, 53,34% destes, dizem que em algum momento lhes foi oferecido curso de capacitação para o atendimento de pessoas com deficiência em turmas inclusivas, enquanto que 46,66% deles disseram que não.

É interessante enfatizar que a disponibilidade desses cursos não significa necessariamente que os professores os tenham feito. Mesmo assim, a maioria deles, ou 73,34% disseram já ter buscado, com recursos próprios, capacitação para atuação no processo de inclusão escolar de alunos com deficiências (curso de extensão, pós-graduação, livros, revistas, acesso pela internet, orientação com colegas etc.) e apenas 26,66% disseram nunca ter buscado capacitação.

Ora, se a maioria dos professores afirmou conhecer a legislação, porque buscam, por conta própria, sua capacitação e não a cobram do sistema de ensino que legalmente deve oferecê-la?

Dando continuidade à análise do questionário, verificou-se que, quando perguntados se acreditavam que as crianças com deficiências incluídas em aulas de educação física do ensino regular, em função da relação com os alunos sem deficiência, desenvolvem melhor suas capacidades escolares, mais rapidamente do que se estivessem em uma classe especial, 43,33% dos professores responderam que sim, enquanto que 46,67% não acreditam nesse melhor desenvolvimento e 10% não responderam a esta questão.

É interessante comparar o resultado da questão acima descrita, com o resultado apresentado quando se perguntou aos professores se em função das limitações da criança com deficiência, elas poderiam sentir-se inferiores às demais crianças e não se desenvolverem de maneira condizente nas aulas de Educação Física quando incluídas em turmas regulares. Nessa questão, 43,33% dos professores que responderam ao questionário, afirmam que sim, que as crianças deficientes poderiam se sentir inferiores. Outros 43,33% dos professores responderam que não e 13,34% não responderam.

Percebeu-se aqui, que o percentual de professores que acredita no melhor desenvolvimento dos alunos com deficiência em classes inclusivas, é o mesmo que acredita que esses alunos não se sentem inferiorizados diante dos demais. Já o percentual de professores que não acreditam no desenvolvimento dos alunos incluídos é semelhante ao daqueles que acham que eles se sentem inferiorizados.

Apesar das contradições que essa questão pode trazer, os professores ao serem perguntados se gostam ou gostariam de trabalhar com alunos deficientes em turmas inclusivas, 73,34% disseram que sim e apenas 20% afirmaram não que gostam ou não gostariam de trabalhar com tais alunos, enquanto que 6,66% não responderam a questão.

Ora, se apenas 43,33% dos professores acreditam no melhor desenvolvimento do aluno deficiente em classes regulares, porque 73,34% da amostra gosta ou gostaria de trabalhar com esses alunos em classes comuns.

Essas concepções, por parte dos professores, sobre as possibilidades de desenvolvimento dos alunos com NEE em turmas regulares, são fundamentais para que estes tenham ou não sucesso em sua atuação no processo de inclusão nas aulas de Educação Física. Elas intervêm no interesse ou não de se fazer adaptações metodológicas e nas práticas pedagógicas desses professores de classes regulares que devem garantir o atendimento das necessidades educacionais de todas as crianças, com ou sem deficiência.

Sobre as atitudes positivas dos professores relacionadas neste estudo, temos as seguintes: elaboração de atividades apropriadas também aos estudantes com deficiência em turmas inclusivas; busca por recursos para atuarem no processo de inclusão educacional de alunos com NEE e a não dispensa, pelos professores, desses alunos, buscando alternativas metodológicas para atendê-los. Nesse contexto, Palla e Mauerberg-decastro (2004), dizem que as atitudes favorecem a criação de estratégias de intervenção apropriadas para determinado grupo de professores de Educação Física em escolas e/ou programas na comunidade, contribuindo para a efetivação do processo de inclusão educacional.

Com relação à capacitação dos professores, foi possível constatar, a partir das respostas dadas pelos mesmos, que esta ainda não é suficiente para orientar o processo de educação inclusiva na área de educação física, como demonstra também a pesquisa de Aguiar e Duarte (2005) sobre educação inclusiva, realizada no estado de São Paulo, com amostra composta por 67 assistentes técnicos pedagógicos de Educação Física. Eles obtiveram resultados que apontam que 97% dos participantes de sua pesquisa, não possuíam conhecimentos suficientes para incluir alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física.

Sant'Ana (2005), em sua pesquisa intitulada 'educação inclusiva: concepções de professores e diretores', constatou que as principais dificuldade indicadas para a realização da inclusão referiram-se à falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho com alunos inseridos em classes regulares.

Os resultados dos estudos que constam na literatura, somados ao resultado dessa pesquisa, confirmam que a realidade da inclusão está muito distante de ser a ideal nas aulas de educação física escolar, visto que são necessárias mudanças profundas nas concepções sociais, nas atitudes dos envolvidos, nas políticas educacionais e investimentos diversos em recursos humanos e materiais, para que enfim seja garantido o direito de educação de qualidade para todos.

Por fim, o presente estudo apresentou alguns dados que permitem uma reflexão sobre alguns aspectos que tem permeado a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física escolar, dados estes voltados às concepções, atitudes e capacitação desses professores.

As concepções dos professores podem ser determinantes em suas atitudes, assim como sua formação pode intervir em suas atitudes e em suas concepções, estando diretamente relacionados. Sendo assim, estes três aspectos são determinantes para garantir uma educação de qualidade a todos, independente das diferenças dos alunos (culturais, étnicas, deficiências, etc.).

A Educação Física, ao menos em seu discurso, segue a tendência social e preocupa-se com a inclusão dos deficientes, mas como todo processo demanda tempo. Devemos aguardar que as coisas aconteçam, mas devemos aguardar de maneira ativa, tendo em mente que o papel da Educação Física é oportunizar a todos, independentemente de suas condições, possibilidades para que se desenvolvam da melhor forma possível, e para isso, devemos nos capacitar a fim de garantir uma educação democrática a todos os alunos.

Considerações Finais

A análise dos dados obtidos a partir da aplicação do questionário aos professores de Educação Física da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, lotados em escolas de ensino fundamental e médio do Gama e Santa Maria, levou à conclusão de que, apesar da legislação brasileira se mostrar efetiva na proposição de possibilidades para que o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, há uma certa distância entre o que está escrito e o que têm sido feito. Parte da responsabilidade cabe aos diretores, professores, comunidade escolar e famílias dos alunos, que devem exigir e fazer com que tal legislação seja aplicada.

Quanto ao processo de inclusão educacional, percebeu-se que são diversos os aspectos que envolvem a discussão acerca da mesma e ainda são muitas as questões a serem respondidas e os problemas a serem solucionados, mas hoje os rumos da educação especial seguem a tendência de não mais desvincular esta da educação geral e a Educação Física não pode manter-se à margem dessa perspectiva, assim como não deve desvincular a educação física adaptada da educação física geral, quando no ambiente escolar.

Constatou-se que as concepções e as atitudes, quando analisadas as questões, se mostraram contraditórias, pois algumas foram positivas para a inclusão de alunos com NEE enquanto que em outras, observou-se um caráter segregacionista nas respostas dos professores. Há uma contradição entre o discurso e a prática pedagógica. Apesar de reconhecerem os benefícios da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física, um número considerável de professores ainda considera a educação física e o esporte adaptado, propostos em espaços segregados, o melhor atendimento para os alunos deficientes. Isso provavelmente aconteça pelo tema ser fortemente discutido e valorizado atualmente, cabendo uma nova pesquisa para averiguação dessa questão.

Por fim, verificou-se, a partir das respostas dos professores que responderam ao questionário, que os mesmos não se consideram capacitados para o processo de inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais em aulas de educação física escolar, assim como um número considerável dos professores pesquisados, desconhecem ou não cobram a aplicação das determinações legais quanto à capacitação profissional.

Sendo assim, o presente estudo, a partir das respostas dos professores e, em conformidade com a literatura, verificou a necessidade de um projeto de capacitação profissional que se inicie nos cursos de formação de professores e que se perpetue por toda a vida profissional dos mesmos, visto que o professor de educação física é um dos principais agentes da inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, J. S. E; DUARTE, E. **Educação Inclusiva: um estudo na área de educação física.** Rev. Bras. Educ. espec. vol. 11 nº. 2 Marília Mai/ Ago. 2006.

BOATO, Elvio Marcos. **A Educação Física Escolar frente aos desafios da Educação Inclusiva.** In: CHICOM, J.F. e RODRIGUES, G.M. (org). **Educação Física e os desafios da Inclusão.** Vitória: EDUFES, 2009.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Presidência da República, 1994.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 23 de dezembro de 1996.** Brasília, Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL. **Resolução 2/2001.** Brasília: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica, 2001.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola.** Brasília: Ministério da Educação. Revista Integração, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 27-30, 2002.

DISTRITO FEDERAL, Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Lei Orgânica do Distrito Federal.** Brasília, 8 de junho de 1993.

FALKENBACH, Atos Prinz. **A questão da integração e da inclusão nas aulas de Educação Física.** Revista Digital. Buenos Aires, ano 11, nº 106, Março de 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd106>.

FREITAS, P. e CIDADE, R.E. **Noções sobre Educação Física e Esportes para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º. e 2º. Graus.** Uberlândia: Breda, 1997.

GORGATTI, Márcia Greguol. **Educação Física Escolar e Inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Escola de Educação Física e Esporte, 2005.

HERRERO, M. Jesus Presentación. **Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. P. 25-26, Tradução Maria Helena Mourão Alves de Oliveira, Marisa Bueno Mendes Gargantini. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MENDES, E. G. **A Radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Rev. Bras. Educ. vol. 1nº 33 Rio de Janeiro Set/Dez. 2006.

PALLA, Ana Cláudia e MAUEBERG-DECASTRO, ELIANA. **Atitudes de Professores e Estudantes de Educação Física em relação ao ensino de alunos com deficiência em ambiente inclusivo**. Revista da Sobama: Dezembro, 2004, vol. 9, n 1, pp. 25, 34.

RODRIGUES, David. **A Educação Física Perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas**. Rev. da Educação Física/ UEM Maringá, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.

SANT'ANA, I. M. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em estudo, Maringá, v. 10, nº. 2, p. 227-234, mai/ago. 2005.

STRAPASSON, A. M. E; CARNIEL, F. **A Educação Física na Educação Especial**. Revista Digital efdesportes – Buenos Aires – ano 11 – nº. 104 – 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>>.